

que S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro da Justiça, por seu despacho de 2 de Agosto corrente, autorizou, nos termos do § 2.<sup>o</sup> do artigo 17.<sup>o</sup> do Decreto n.<sup>o</sup> 16 670, de 27 de Março de 1929, a seguinte transferência:

#### CAPITULO 4.<sup>o</sup>

##### Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

###### Cadeia do Forte de Peniche

Artigo 321.<sup>o</sup> «Encargos administrativos»:

Do n. <sup>o</sup> 1) «Alimentação, vestuário e calçado»:	— 740\$00
Da verba não concretizada . . . . .	— 740\$00

Para o n.<sup>o</sup> 2) «Pagamento de serviços e encargos não especificados»:

Alínea 2 «Outros serviços e encargos não especificados» . . . . .	+ 740\$00
---	-----------

4.<sup>a</sup> Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 7 de Agosto de 1971. — O Chefe da Repartição, *Darwin de Vasconcelos*.

## MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

### Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

#### Decreto n.<sup>o</sup> 358/71

de 21 de Agosto

Tendo em vista as disposições do artigo 6.<sup>o</sup> do Decreto-Lei n.<sup>o</sup> 48 234, de 31 de Janeiro de 1968;

Usando da faculdade conferida pelo n.<sup>o</sup> 3.<sup>o</sup> do artigo 109.<sup>o</sup> da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.<sup>o</sup> É autorizada a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução da empreitada de remodelação da Hospedaria-Velha das Caldas de Monchique (construção civil), pela importância de 980 000\$.

Art. 2.<sup>o</sup> O encargo resultante da execução do contrato referido no artigo anterior não poderá, em cada ano, exceder as seguintes quantias:

1. Em 1971 — 714 340\$;
2. Em 1972 — 265 660\$;
3. A importância fixada para o último ano será acrescida do saldo apurado no ano que lhe antecede.

*Marcello Caetano — João Augusto Dias Rosas — Rui Alves da Silva Sanches.*

Promulgado em 6 de Agosto de 1971..

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

#### 8.<sup>a</sup> Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública

De harmonia com as disposições do artigo 7.<sup>o</sup> do Decreto-Lei n.<sup>o</sup> 25 299, de 6 de Maio de 1935, se publica que S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro das Obras Públicas, por seu despacho de 21 de Junho de 1971, autorizou, nos termos

do § 2.<sup>o</sup> do artigo 17.<sup>o</sup> do Decreto n.<sup>o</sup> 16 670, de 27 de Março de 1929, a seguinte transferência:

#### CAPÍTULO 4.<sup>o</sup>

##### Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Artigo 53.<sup>o</sup> «Despesas de conservação e aproveitamento do material»:

N.<sup>o</sup> 1) «De imóveis»:

Da alínea 19 «Melhoramentos das instalações das furnas, em S. Miguel» . . .	— 110 000\$00
Da alínea 25 «Antigo Convento das Trinhas» . . . . .	— 400 000\$00
	<u>— 510 000\$00</u>

Para a alínea 11 «Edifícios da Segurança e das Alfândegas» . . . . .	+ 218 900\$00
Para a alínea 27 «Outros edifícios públicos» . . . . .	+ 291 100\$00
	<u>+ 510 000\$00</u>

8.<sup>a</sup> Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 9 de Agosto de 1971. — O Chefe da Repartição, *Eduardo da Cunha Seixas Navarro de Castro*.

## MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

### Gabinete de Planeamento e Integração Económica

#### Decreto n.<sup>o</sup> 359/71

de 21 de Agosto

Nos termos do § 1.<sup>o</sup> do artigo 150.<sup>o</sup> da Constituição, por motivo de urgência;

Usando da faculdade conferida pelo n.<sup>o</sup> 3.<sup>o</sup> do artigo 150.<sup>o</sup> da Constituição, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.<sup>o</sup> — 1. É autorizada a província de Angola a celebrar com a TAP — Transportes Aéreos Portugueses, S. A. R. L., um contrato de empréstimo de 80 000 contos, vencendo taxa de juro igual à taxa de desconto do Banco de Portugal, à data em que os serviços da província tenham de elaborar o orçamento anual, acrescida de 1 por cento, pagável em 1 de Julho de cada ano e amortizável em cinco anuidades iguais, vencendo-se a primeira em Julho de 1974.

2. O reembolso do capital e dos juros far-se-á anualmente, em Lisboa, em escudos metropolitanos.

3. O empréstimo será objecto de contrato a celebrar entre o Ministro do Ultramar, em representação da província, e a TAP.

Art. 2.<sup>o</sup> O produto do empréstimo será integralmente aplicado no financiamento de obras aeroportuárias, empreendimento este que se enquadra no III Plano de Fomento.

Art. 3.<sup>o</sup> No orçamento geral da província de Angola serão inscritas, em cada ano, as verbas necessárias à liquidação dos encargos com juros e amortização do empréstimo.

*Marcello Caetano — Joaquim Moreira da Silva Cunha.*

Promulgado em 11 de Agosto de 1971.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

Para ser publicado no Boletim Oficial de Angola. — *J. da Silva Cunha.*